

Emenda anistia 1 milhão de empresários

BRASÍLIA — A emenda às disposições transitórias da nova Constituição que mais tem tirado o sono do presidente José Sarney, depois da que lhe dá quatro anos de mandato, é de autoria de um antigo aliado, o deputado Humberto Souto (PFL-MG), e prevê a anistia das dívidas contraídas em estabelecimentos bancários e entidades financeiras pelos cerca de um milhão de microempresários e pequenos e médios produtores rurais do Norte, Nordeste e do Vale do Jequitinhonha. Os cálculos são do próprio autor.

A emenda de Souto é chamada, por Sarney, de reedição da Lei do Zebu. Mas seu autor rechaça essa comparação. "Sarney não tem razão. A Lei do Zebu foi feita para a elite. Minha emenda resolve uma situação dramática. As dívidas contraídas pelos pequenos empresários já estão vencidas, e ninguém consegue pagar. Quem pegou empréstimo de Cz\$ 1 milhão deve agora Cz\$ 10 milhões".

Proibição — O ministro da Fazenda,

Maílson da Nóbrega, calcula em Cz\$ 215 bilhões o prejuízo que a União terá com a aprovação da emenda. Ele já chamou Humberto Souto a seu gabinete e lhe comunicou as preocupações do governo. Mas o deputado não saiu sensibilizado da reunião. Disse que todos os deputados do Norte e Nordeste votarão na emenda. "Quero ver quem terá coragem de se tornar inimigo nº 1 dos pequenos empresários", disse a Maílson.

Conforme a proposta do parlamentar mineiro, os microempresários, pequenos (que produzem até 300 MVRs — Maior Valor de Referência — ou cerca de Cz\$ 860 mil) e médios proprietários rurais (600 MVRs, ou Cz\$ 1,7 milhão) beneficiam-se da anistia caso demonstrem a impossibilidade do pagamento das dívidas contraídas, por fatores supervenientes (alheios à sua vontade). Souto diz que a emenda é moralizadora: "Até proibi a extensão dos benefícios da proposta a qualquer constituinte, para não dizerem que há gente legislando em causa própria".

Lei do Zebu perdoou dívidas de pecuaristas

A chamada Lei do Zebu (Lei nº 0008) foi sancionada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra em 19 de dezembro de 1946. Suspendeu, até 30 de julho de 1947, o vencimento de quaisquer obrigações civis, comerciais e fiscais pagáveis em dinheiro ou mercadorias a que estavam sujeitos os pecuaristas de todo país. Suspendeu também os efeitos dos protestos ou das penhoras resultantes de débitos com a aquisição de gado.

Foi aprovada por pressão dos pecuaristas, com a conivência do governo. É que no governo de Getúlio Vargas foram concedidos incentivos à criação de gado zebu (por ser originário da Índia). Com as facilidades para compra, os pecuaristas começaram a pagar preços irrealistas por reprodutores das diversas raças zebu. Como consequência, pelo menos 50 mil — nos cálculos de Humberto Souto — ficaram devendo ao Banco do Brasil sem ter como pagar.

Em 1948 foi aprovada a Lei nº 209, que estabeleceu as formas de pagamento: 50% em seis prestações iguais anuais a partir de 31 de julho de 1949; 50% em duas prestações anuais iguais, exigíveis em 31 de dezembro de 1955 e 31 de dezembro de 1956. Os juros foram fixados em, no máximo, 8% anuais.

Humberto Souto Fazendeiro que compra terras novas todo ano

BELO HORIZONTE— O constituinte Humberto Guimarães Souto, 55, autor da emenda que anistia microempresários e pequenos produtores rurais, é formado em direito. Só há cerca de 10 anos comprou uma fazenda em Montes Carlos, município do norte de Minas e sua terra natal. É a Fazenda Renascença, dedicada à agricultura e pecuária de corte e leite. Segundo o gerente Domingos Alves dos Santos, o deputado "a cada ano compra terras vizinhas", estando atualmente a propriedade com uma área de aproximadamente 100 alqueires (480 hectares).

Humberto Souto iniciou a carreira política no antigo PSD. Depois, na Arena, elegeu-se deputado estadual e, em 1974, deputado federal. Reelegeu-se em 1978 pela Arena e, em 1982, pelo PDS, com 67 mil 672 votos. Nas últimas eleições, já no PFL, obteve 39 mil 882 votos.

Domingos Alves, gerente da Renascença desde que foi comprada pelo deputado, diz que ela pertence integralmente a Souto. "Não é uma grande propriedade, mas é muito boa." A 48 quilômetros de Montes Claros, a caminho do município de Juramento, a fazenda, que tem telefone pleno, ou seja, faz e recebe chamadas DDD e DDI, dispensando o auxílio da telefonista da Telemig, está com 50% de sua área ocupados com as culturas de feijão, milho e arroz. A outra metade é reservada à pecuária de leite, com 50 cabeças, e de corte, com 100.

"A pecuária de corte teve início há pouco



Souto começou no PSD mineiro

tempo. O deputado todo ano compra umas terrinhas da redondeza e vai aumentar o rebanho", informa Domingos. Nesta época do ano, quando a pastagem está queimada, a produção de leite tem sido em média de 50 litros, contra 100 a 150 litros por dia na época das chuvas. "O deputado está pensando em aumentar a produção agrícola e vai utilizar o sistema de lavoura mecanizada", antecipa o gerente da Renascença, que tem oito empregados. Domingos desligou o telefone, ao ser perguntado se o deputado deve ao Banco do Brasil.

Governo se arma para 2º turno

Convencido de que a reforma tributária aprovada pela Constituinte vai levar seu governo à falência, o presidente José Sarney orientou seus líderes no Congresso a apresentarem emendas supressivas ao texto da nova Constituição, no segundo turno de votação. "O governo não vai aceitar essa reforma tributária. Vai lutar até o fim para impedi-la, pois está convencido de que inviabiliza o país", anuncia o senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), líder do governo no Senado.

A preocupação de Sarney com a reforma tributária é tão grande que no último domingo, durante reunião de três horas e meia com os presidentes dos tribunais superiores, disse que, se a nova Constituição for aprovada nos próximos dias, não terá como cumpri-la. Sarney queixou-se do estado falimentar do Tesouro, da pesada folha de pagamento do funcionalismo público e dos encargos que a Constituinte tem deixado para o governo, ao mesmo tempo que retira da União a primazia sobre diversos impostos.

Condenação — As ameaças de Sarney de não cumprir a Constituição foram condenadas pelas lideranças da Constituinte: "Isso não é possível. O presidente tem de jurar cumprir a

Constituição", disse o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho. "Técnicamente, o presidente Sarney cometeu um deslize. Ele não pode dizer que não vai cumprir o que determina a Constituição, alegando que o país está falido. É exatamente a União que tem a máquina de fabricar dinheiro. Por mais problemas que isso possa trazer à economia, é uma alternativa possível. Os estados e municípios é que não podem fazer isso", afirmou o senador Affonso Camargo (PTB-PR).

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, fez gozação: "Se ele não vai dar conta de cumprir a Constituição, quer dizer que deve deixar o governo. Isso é ótimo. Até que enfim o presidente está ficando convencido de que só deve ficar no poder por quatro anos". O líder do PFL, José Lourenço, não quis fazer comentários: "Isso é um assunto muito grave. Não dá para ficar fazendo observações".

A irritação do Planalto volta-se contra as disposições aprovadas pela Constituinte que aumentaram as rendas dos estados, mas mantiveram os encargos com a União. Entre elas, as que passaram para os estados a arrecadação dos impostos únicos sobre combustíveis, energia elétrica, transportes, mineração.